

O PROCESSO DE RESISTÊNCIA E DE RECRIAÇÃO DO CAMPONÊS COMO PARTE CONTRADITÓRIA DO PROCESSO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO NO BRASIL*

*BEDUN, Maria Rosangela**
AVELINO JUNIOR, Francisco José*****

Introdução

Com a necessidade de trazer para o debate acadêmico a questão da terra, esta pesquisa objetivou identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários na luta pela terra no âmbito nacional, com o intuito de compreender a territorialização dos conflitos sociais e da violência no campo, e a partir de então discutir a capacidade de resistência e de recriação do camponês como parte contraditória do processo de produção do capital. Para percorrer este caminho e desvendar esta realidade, os procedimentos metodológicos constituíram basicamente em levantamentos de informações empíricas e secundárias junto ao IBGE, MST, INCRA e em especial através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no período de 2005 a 2009 no Brasil. Como resultado da pesquisa comprovamos que os camponeses continuam enfrentando o capital e evidenciando sua resistência e recriação a cada dia.

A Geografia como ciência, sempre esteve preocupada em entender o espaço, neste âmbito buscaremos dar ênfase aos camponeses no espaço agrário brasileiro, abordando os principais movimentos e conflitos sociais envolvidos diretamente com a questão da luta pela terra, “a nós geógrafos cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra, a luta armada pela terra” (OLIVEIRA, 1996, p. 14).

Na construção desta leitura, objetivou-se identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários na luta pela terra no âmbito nacional, com o intuito de compreender a territorialização dos conflitos sociais e da violência no campo, e a partir de então discutir a capacidade de resistência e de recriação do camponês como parte contraditória do processo de produção do capital.

Em relação aos procedimentos metodológicos o presente trabalho teve como base inicial para maior embasamento referente à temática estudada o levantamento do referencial teórico, que contribuiu para o fornecimento dos dados, conduzindo assim, um

* Texto adaptado da monografia intitulada: “A questão da terra e a luta do camponês no bairro Correntão - Tupi Paulista/SP”, defendida em 2008 para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

** Aluna do Curso de Pós Graduação Mestrado em Geografia da UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus de Três Lagoas/CPTL - rosebedun@yahoo.com.br .

**** Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus de Três Lagoas/CPTL - china@cptl.ufms.br .

desenvolvimento conceitual sólido para a delimitação de teorias referentes à questão agrária e a luta do camponês no âmbito capitalista de produção.

Com relação ao levantamento de informações empíricas e aos dados secundários, os mesmos foram obtidos, sobretudo, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade pastoral da igreja católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo levantamento de dados analisados compreende o período de 2005 a 2009, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental, ligado ao Ministério de Assuntos Fundiários.

Com base nas informações levantadas realizamos o estudo da concentração fundiária brasileira e dos movimentos socioterritoriais, buscando entender sua participação nos processos de luta pela terra. Também analisamos os conflitos e violência no campo contra ocupação e a posse de terra no Brasil, que são ações de trabalhadores sem terra que entram em imóveis ociosos e improdutivos reivindicando a posse e o uso da terra de maneira correta. Neste contexto, abordamos também os dados que dizem sobre a violência contra os trabalhadores camponeses entre os anos de 2005 a 2009.

Assim, para a efetivação desta pesquisa, levando em consideração o material reunido e pesquisado, enfatizamos discussões a fim de levar ao conhecimento acadêmico o tema em questão, cujo enfoque está centrado na luta pela terra e a capacidade de resistência e de recriação do camponês como parte contraditória do processo de produção do capital.

Concentração Fundiária e os Donos da Terra

O processo de concentração fundiária no Brasil se refere basicamente a partir da terra transformada em mercadoria no sistema capitalista e a forma de sua propriedade e posse desde a ocupação colonial, caracterizada pelas capitanias hereditárias, regime de sesmarias, e assim sucessivamente, apresentando deste modo uma malha fundiária extremamente concentrada, geralmente voltada à pecuária, ou até mesmo ociosa e improdutiva.

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e particularmente na segunda metade deste século o processo de incorporação de novos espaços-assaltados/tomados das nações indígenas-tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 1996, p.29).

Tal estrutura fundiária decorrente desta história foi e continua sendo responsável pelas profundas desigualdades existentes no campo brasileiro, em todas as épocas. Este fato é notório diante dos dados do INCRA sobre a estrutura fundiária no Brasil em 2003, onde a

estrutura de propriedade da terra corresponde a um total de 420.345.362 milhões de hectares de terra titulados. Neste contexto, ao analisarmos o Quadro 01, podemos notar que o Brasil é constituído por uma grande concentração da propriedade privada da terra, pois se considerarmos os 31,6% de estabelecimentos constituídos por propriedades com menos de 10 hectares, estes representam apenas 1,8% da área total da malha fundiária brasileira, sendo que os restantes 68,4% de imóveis correspondem a 98,2% da área fundiária total, dados estes que revelam à injusta e desigual distribuição de terras no Brasil, uma vez que estes latifúndios geralmente são caracterizados por baixos ou nenhuma produtividade.

Quadro 01: Estrutura Fundiária do Brasil -2003.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	IMÓVEIS		ÁREA TOTAL	
	Nº. de imóveis	%	Hectares	%
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5
De 25 a 50	648.237	16,1	24.141.638	5,7
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6
TOTAL	4.238.447	100,0	420.345.362	100,0

Fonte: INCRA - situação em agosto de 2003 in II PNRA, Brasília, 2003.

Assim, é razoável tomar-se como referência os dados estatísticos do INCRA para se classificar neste estudo, em termos médios, a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 hectares; a média propriedade como aquela que vai de 200 a menos de 2000 hectares; e a grande como aquela que tem 2000 hectares ou mais (OLIVEIRA, 2003, p.127, 128).

Deste modo, ao classificarmos as propriedades brasileiras de acordo com as propostas de Oliveira (2003), teremos o seguinte resultado referente à estrutura fundiária do Brasil, (Quadro 02).

Quadro 02: Síntese da Estrutura Fundiária do Brasil-2003.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL		Nº. de	%	ÁREA em HÁ	%
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2
Média	200 a menos de 2000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2
Grande	2000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.506	31,6
TOTAL		4.238.421	100,0	20.345.382	100,0

Fonte: OLIVEIRA, A. U., 2003.

Nesta perspectiva, ao analisarmos o Quadro 02, podemos verificar que 91,9% das propriedades são classificadas como pequenas, porém representam somente 29,2% de toda a

área fundiária do Brasil, enquanto 8,1% representam as médias e grandes propriedades privadas de terra. Ao compararmos a porcentagem quantitativa das médias e grandes propriedades com porcentagem das pequenas propriedades parece um resultado desproporcional em relação ao número de pequenos imóveis, mas quando analisada a área ocupada pelas médias e grandes propriedades, concluímos que estas ocupam 70,8% da área de toda malha fundiária brasileira.

A partir desta avaliação sobre a estrutura fundiária brasileira, podemos identificar que a distribuição do espaço agrário, evidência o elevado grau de concentração fundiária nas mãos de uma insignificante minoria de detentores da propriedade da terra, ou seja, pertencentes à classe dominante, constituindo assim uma das principais fontes de injustiças sociais.

Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. [...] Daí a propriedade e a concentração da terra no capitalismo constituírem mecanismos de produção do capital (OLIVEIRA, 1990, p.79-80).

Desta maneira, a única resposta a propriedade capitalista da terra e a concentração fundiária é a discussão e a criação de uma reforma agrária eficaz, capaz de realizar transformações radicais no campo, garantindo uma nova forma de produção, pois “as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção” (OLIVEIRA, 1990, p.83), denominado capitalista.

Os Movimentos Sociais Agrários e a Luta pela Terra

A história da luta pela terra no Brasil não é recente, desde os primórdios da colonização, a questão fundiária e o modo de produção capitalista ocupam lugar central na formação da sociedade, no entanto podemos destacar que quanto menor a concentração fundiária, menos conflitos sociais agrários irão ocorrer, e maior será o desenvolvimento socioeconômico do país.

Deste modo, os movimentos sociais lutam pela transformação da realidade agrária, que é mundialmente expropriada e explorada pelo sistema capitalista, ou seja, um conjunto de trabalhadores rurais constituído por camponeses lutam por melhores condições de sobrevivência, alavancados por um desejo de igualdade e reorganização territorial no campo, buscando alterar as formas de organização do espaço e do trabalho em tempo de opressão, exploração e expropriação capitalista.

A luta pela terra a partir dos movimentos sociais, buscando a transformação histórica e permanente da concentração fundiária brasileira, deve ser entendida como um processo revolucionário, marcado por reformas e transformações econômicas, sociais e políticas. Compreendendo assim um processo de territorialização dos trabalhadores sem terra a partir das ocupações de terra, constituindo, portanto, novos espaços onde o camponês irá se recriar e reproduzir a partir da luta pela terra

Neste embate, é importante destacar que os conflitos sociais no campo não são características exclusivas da atualidade, mas sim de todos os tempos, porém muitas vezes tais acontecimentos são desconhecidos pelo povo e até mesmo por intelectuais, uma vez que a história do Brasil esteve sempre voltada às classes dominantes, de senhores e generais, não à classe de trabalhadores e rebeldes. No início do século XX a Guerra do Contestado e Canudos foi o maior confronto popular armado entre os sem-terras e o exército brasileiro, assim podemos destacar:

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos (MARTINS, 1981, p.26).

A Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia entre os anos de 1896 a 1897 também envolvera o exército e milhares de camponeses. Já a revolta do formoso que durou mais de uma década nos anos de 1950 e 1960, dominada por camponeses, no estado de Goiás permaneceu como assunto esquecido e sem importância. Deste modo podemos destacar que o campesinato brasileiro é a única classe social que desde a proclamação da república, tem uma reiterada experiência de confronto militar com o Exército.

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca continua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa (FERNANDES, 2000, p. 25).

Os Movimentos Agrários nos Dias Atuais

Nas últimas décadas o capital financeiro internacional e as multinacionais têm tomado conta da agricultura e do comércio agrícola em todo mundo, fazendo com que o capital globalize todas as formas de exploração agrária, ou seja, o capitalismo utiliza de suas diversidades para atingir seus objetivos no campo, visando assim o seu crescimento,

desenvolvimento e domínio, gerando um impacto notável no pensamento e nos discursos sobre a questão agrária.

Tal fato acaba levando os movimentos sociais a exercerem uma pressão em luta pela Reforma Agrária, para permanecerem na terra e conservarem seus hábitos e costumes, uma vez que os governantes não os têm considerado em suas políticas públicas. Conseqüentemente o desenvolvimento desigual das formas de produção no espaço agrícola pelos capitalistas e camponeses têm gerado nas últimas décadas grandes conflitos sociais.

A partir da diferencialidade espacial surgem novas formas de lutas pelo direito a terra e ao trabalho. Contudo, na diversidade da luta pela terra no Brasil, nas últimas décadas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa lugar de destaque na longa marcha que os camponeses marcam na história deste país, onde os acampamentos e assentamentos são vistos como novas perspectivas para trabalhadores que não perderam a esperança de lutar e buscar uma política de Reforma Agrária e novas conquistas sociais no campo.

Desde então, o MST tem se transformado no principal movimento social de organização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária, embora não seja o único. De suas lutas resultou a conquista de mais de 1200 fazendas, hoje transformadas em projetos de assentamentos com mais de 139 mil famílias (STÉDILE, 1997, p. 44).

Reforma Agrária esta, que busca alternativas para retirar da marginalidade social, parte dos miseráveis e excluídos pela sociedade capitalista, marcando assim uma luta sem trégua pelo acesso aos direitos e por melhores condições de trabalho que os camponeses sem terra deste país têm direito, minimizando assim a intensa concentração de terras das propriedades capitalistas.

Nesta perspectiva, Stédile (1997, p.46), aponta as principais propostas de reforma agrária, cujo MST contempla:

- garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais, com distribuição de renda mais justa;
- produção de alimentação barata, farta e de qualidade para toda população, garantindo segurança alimentar para toda a sociedade brasileira;
- garantia de bem-estar social e melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os trabalhadores brasileiros;
- busca permanente de justiça social e de igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
- difusão e praticas de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas;
- criação de condições objetivas para participação igualitária da mulher na sociedade;
- preservação e recuperação dos recurso naturais, como solo, águas e florestas;

- desenvolvimento da agroindústria e da industrialização no interior do país, descentralizando e gerando maiores oportunidades de progresso, renda e emprego, especialmente para a juventude.

Desta forma, a partir dos objetivos contemplados pelo MST, dos quais são propostas que buscam a solução de um problema tão remoto no espaço agrário brasileiro, sua implantação contribuiria para o processo de ressocialização de todos os trabalhadores sem terra e conseqüentemente alteraria a atual estrutura da propriedade da terra e de organização da produção agrícola.

Processo de Ocupações e Acampamentos no Brasil

Mesmo os trabalhadores rurais sem terra sendo reprimidos e sofrendo violências, os movimentos agrários continuam em torno das manifestações de luta e demonstram que os camponeses brasileiros continuam mobilizados, tendo em vista que a estratégia de ocupação de terras ociosas e improdutivas tornou-se prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra.

Definiu-se a ocupação como estratégia de enfrentamento, ou seja, montar barracas e acampar passou a representar um poderoso instrumento de pressão social coletivo, uma forma de chamar a atenção da sociedade para o problema da terra que não cumpre a função social, um amplificador de denúncias contra o latifúndio e, por fim, uma possibilidade de negociação com os poderes constituídos (ROMÃO, 2005, p.50).

Através de ocupações de terras, os movimentos sociais buscam mobilizar e sensibilizar os governantes para a necessidade de uma reforma agrária, e conseqüentemente diminuir as desigualdades estabelecidas no campo, determinada pela grande concentração fundiária, possibilitando assim uma melhor qualidade de vida das famílias camponesas.

Neste contexto, com base no Quadro 03, relativo ao número de ocupações de terra pelos movimentos sociais, no período de 2005 a 2009, podemos verificar que 1.727 imóveis foram ocupados em todo o Brasil, o que compreende a democratização de 3.267.181 hectares de terras. Neste âmbito, este resultado comprova a reforma agrária que os trabalhadores rurais camponeses reivindicam, caracterizada pela justa redistribuição de renda e de direitos, em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras.

Quadro 03: Ocupações de terra no período de 2005 a 2009

Ocupações	Ano					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	

Nº. de imóveis ocupados	437	384	364	252	290	1.727
Área	1029.201	813.104	652.450	363.988	408.438	3.267.181
Famílias	54.427	44.364	49.158	25.559	27.278	200.786

Fonte: CPT, 2005/2009.

Org: Bedun, M.R.

Neste âmbito, destacamos:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000, p.19).

Todavia, é importante ressaltar que o processo de ocupação, é uma forma de reinserção do camponês na terra, é a realização da reforma agrária lutando pela terra e contra o capital, impondo deste modo ao governo à realização de uma política de assentamentos rurais. O número de ocupações mostra que os movimentos camponeses não se recuaram diante da crescente criminalização no campo.

Quanto ao número de acampamentos no Brasil que faz parte das formas de luta no sentido reivindicatório dos movimentos sociais pela terra e pela Reforma Agrária, o Quadro 04 mostra que de 2005 a 2009 foram 281 acampamentos, envolvendo 40.722 famílias em função das dimensões territoriais e na organização da luta pela política agrária.

Quadro 04: Acampamentos no Brasil 2005/2009

Acampamentos	Ano					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº. de acampamentos	90	67	48	40	36	281
Famílias	17.233	10.259	6.299	2.755	4.176	40.722

Fonte: CPT, 2005-2009.

Org: Bedun, M.R.

Por esta razão, surgem com muita força os Movimentos Sociais, como forma de luta e resistência ao modelo capitalista que foi instalado no campo brasileiro, é assim que podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento que vem resistindo e lutando contra a propriedade privada da terra, possibilitando deste modo a recriação camponesa a partir de políticas desenvolvidas por meio de ocupações de terras, cuja territorialização é um processo permanente na sua história. Neste contexto é importante ressaltarmos que “o MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro” (FERNANDES, 2000, p.49).

Diante deste quadro, marcado por constante luta pela terra, onde o maior desafio dos movimentos sociais são desconcentrar a estrutura fundiária, notamos de forma clara o crescimento do campesinato no Brasil, uma vez que a ocupação de latifúndios improdutivos

representa um processo importante na recriação do campesinato. “A ocupação, como forma de luta e acesso à terra é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra” (FERNANDES, 2000, p.286).

Neste embate:

(...) um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1986, p.11).

Entretanto, tal permanência e recriação da classe camponesa emergem como modelo de resistência ao desenvolvimento econômico adotado no país, denominado sistema capitalista. Todavia, esse processo sempre foi marcado pela resistência e pelos conflitos entre camponeses, latifundiários e os órgãos governamentais. Assim, a luta pela terra é acirrada por conflitos e violências, uma vez que as elites brasileiras vêm na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, e, sobretudo o desrespeito às leis que determinam a desapropriação das terras ociosas e improdutivas.

Violência no Campo

A luta pela terra faz com que os conflitos sociais no campo aumentem cada vez mais, como consequência, a violência tem sido a principal marca entre os fazendeiros e os movimentos sociais na luta pela desapropriação das terras improdutivas.

A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento (OLIVEIRA, 2003, p.114).

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre os conflitos e violências no campo contra a ocupação e posse no Brasil, que refletem nas ações de trabalhadores sem terra que entram em imóveis ociosos e improdutivos reivindicando a posse e o uso da terra de maneira correta, computamos que os trabalhadores rurais continuaram sendo reprimidos e sofrendo violências. Com base no Quadro 05, podemos verificar que no período de 2005 a 2009 ocorreram 5.148 conflitos, num total de 71.640.580 hectares de terras conflitivas, envolvendo 577.762 famílias. Neste universo, podemos enfatizar que dentre estas famílias envolvidas, 14.179 foram vítimas de expulsão, 71.640.580 sofreram despejo judicial, 70.031 foram ameaçadas de despejo e 68.784 foram ameaçadas de expulsão. Analisando esta

mesma realidade, tivemos ainda 17.055 casas destruídas, 12.116 propriedades de roças destruídas, 24.006 pertences destruídos e 55.897 casos de pistolagem.

Quadro 05: Violência no campo contra ocupação e a posse no Brasil 2005/2009

Formas de violência	Anos					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº. de conflitos	1.304	1.212	1.027	751	854	5.148
Famílias	160.809	140.650	122.400	70.845	83.058	577.762
Áreas	36.483.788	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.606	71.640.580
Famílias Expulsas	4.305	1.809	4.340	1.841	1.884	14.179
Famílias Despejadas	25.618	19.449	14.221	9.077	12.388	80.753
Ameaça de Despejo	22.187	16.389	17.864	3.951	9.640	70.031
Ameaça de Expulsão	15.151	12.349	17.754	13.107	10.423	68.784
Destruição de casas	2.189	5.222	2.616	1.934	5.094	17.055
Destruição de roças	2.967	2.363	2.250	1.048	3.488	12.116
Pertences destruídos	5.719	4.165	4.422	4.985	4.715	24.006
Pistolagem	16.995	12.263	10.645	6.963	9.031	55.897

Fonte: CPT, 2005/2009

Org: Bedun, M. R.

Desta forma, a violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses a partir da realidade agrária, assim a estatística de mortos nas batalhas pela terra tomam proporções cada vez maiores, dobrando, triplicando, como pode ser visto no Gráfico 01 que retrata o número de trabalhadores assassinados por regiões no Brasil entre os anos de 2005 a 2009. Como observa-se, podemos destacar que a região com maior número de trabalhadores assassinados foi o Norte com 53%, seguido do Nordeste (22%), Centro-Oeste (14%), Sudeste (7%) e Sul (4%).

Gráfico 01: Trabalhadores assassinados entre 2005-2009 no Brasil



Fonte: CPT, 2005/2009.

Org: Bedun, M. R.

Entretanto a resposta dos governantes e dos órgãos competentes aos conflitos sociais muitas vezes é o aumento da repressão policial, como exemplo podemos citar os

massacres de Corumbiara e o de Eldorado dos Carajás que completou 14 anos em 2010, com os responsáveis em liberdade, ambos representam a posição dos latifundiários contra a reforma agrária, e sucessivamente à distribuição de terras. “Estes dois massacres representavam a posição das elites fundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p.141-142).

Por conseguinte, merece destaque ainda outros indicativos de barbárie no campo, que mostram a cruel realidade dos camponeses que lutam por justiça social. Com base no Quadro 06, que retrata a violência contra o trabalhador sem terra no Brasil, podemos verificar que no período de 2005 a 2009 ocorreram 7.430 conflitos, envolvendo 3.730.896 pessoas. Neste universo, podemos enfatizar que dentre estas pessoas envolvidas, 158 foram assassinadas, 300 sofreram tentativas de assassinatos, 239 foram mortos em consequência, 965 sofreram ameaças de morte, 149 foram torturados, 1978 acabaram presos e 1520 sofreram agressões. Esses dados mostram o aumento da violência em consequência da impunidade dos órgãos públicos competentes em punir os latifundiários.

Quadro 06: Violência contra a pessoa no Brasil 2005/2009

Formas de violência	Anos					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº. de conflitos	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	7.430
Pessoas Envolvidas	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	3.730.896
Assassinatos	38	39	28	28	25	158
Tentativas de assassinatos	56	72	66	44	62	300
Mortos em consequência	64	57	44	47	27	239
Ameaçados de morte	266	207	259	90	143	965
Torturados	33	30	9	6	71	149
Presos	261	917	428	168	204	1.978
Agredidos	63	749	443	800	277	1.520

Fonte: CPT, 2005/2009

Org: Bedun, M. R.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo [...]. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p.153).

Os números estatísticos da CPT continuam revelando que os conflitos no campo brasileiro, em relação aos camponeses, estão em ascensão, entre os conflitos trabalhistas destaca-se o trabalho escravo, que pode ser observado no Quadro 07, relativo à superexploração da mão-de-obra e o desrespeito aos direitos trabalhistas, estes “são homens marcados pela violência, pelo sol, pela exclusão social” (VALIM, 1996, p.39). Os dados

ressaltam que 1.083 imóveis praticaram trabalho escravo no Brasil entre os anos de 2005 a 2008, onde 30.287 trabalhadores, de acordo com denúncias eram explorados, portanto, somente 19.458 trabalhadores foram libertados do trabalho escravo pelos órgãos competentes.

Quadro 07: Trabalho escravo no Brasil 2005/2008

Trabalho Escravo	Ano				Total
	2005	2006	2007	2008	
Nº. de Imóveis	276	262	265	280	1083
Trabalhadores na denuncia	7.707	6.930	8.653	6.997	30287
Trabalhadores libertados	4.585	3.633	5.974	5.266	19458

Fonte: CPT, 2005/2008.

Org: Bedun, M. R.

Mesmo o capitalismo reproduzindo barbáries no campo brasileiro, transformando as lutas da classe camponesa em conflitos e assassinatos, a luta pela terra tem sido implacável com aqueles que tentam ignorá-la, uma vez que o principal objetivo da reforma agrária é retirar da marginalidade social, trabalhadores rurais excluídos, buscando a construção de uma nova sociedade.

Neste embate, podemos observar que o camponês a partir de suas ações políticas e sociais almeja os processos de territorialização do movimento camponês e a propriedade da terra, para nela poder continuar produzindo.

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência* (MOURA, 1986, p.9, grifo do autor).

Embora os camponeses tragam consigo uma história de lutas e conflitos sociais e políticos, estes são impulsionados a dar continuidade ao estilo de vida que marcam sua trajetória, ou seja, uma experiência de trabalho voltada a organização familiar, onde os costumes, valores e tradições continuam enraizados e vivos, garantido deste modo a recriação e a permanência desta classe peculiar.

Por conseguinte, assumimos o pressuposto de que o não desaparecimento da classe camponesa se faz contraditoriamente como uma relação não-capitalista. Por sua vez, sua (re)criação não pode ser entendida pela unilateralidade do capital; é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência como classe peculiar. Insistindo em perpassar diferentes sociedades vão mantendo sua situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores (ALMEIDA, 2003, p. 73)

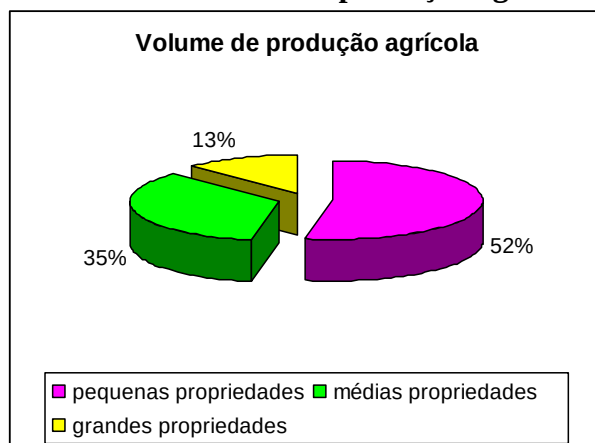
As Unidades Camponesas e o Volume de Produção

A ocupação do território rural pelas relações capitalistas de produção, marcada pela renda e monopolização da terra não comprimiram as relações camponesas de produção. Por conseguinte, enquanto a sociedade capitalista é um sistema vinculado a categorias econômicas, marcadas por preço, capital, salário, juros, renda, o camponês emprega sua força de trabalho e a de sua família, explora o meio de produção sob seu controle, e conseqüentemente obtém o produto de seu trabalho.

Neste âmbito, “os dados do IBGE, referentes ao último Censo Agropecuário (1995/6), mostram que são as pequenas unidades que produzem a grande maioria dos produtos no campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades” (OLIVEIRA, 2003, p.134).

Deste modo, Oliveira (2003), revela que em relação à utilização da terra voltada à produção agropecuária, as lavouras temporárias e permanentes ocupam 50,1 milhões de hectares, ou seja, 14,1% da área total dos estabelecimentos, e nelas as pequenas unidades ficam com 53% do volume de produção, as médias com 34,5% e as grandes com 12,5%, (Gráfico 02). Portanto, as pastagens por sua vez, ocupam 177,7 milhões de hectares ou 49,8% da área total dos estabelecimentos e nelas as pequenas unidades ficam com 34,9%, as médias com 40,5% e as grandes com 24,6%.

Gráfico 02: Volume de produção agrícola.



Fonte: Oliveira, 2003.

Esses dados revelam fundamentalmente que a terra nos pequenos estabelecimentos está ocupada produtivamente, enquanto nos grandes estabelecimentos está pouco utilizada produtivamente, mantendo-se sobretudo como reserva de valor (OLIVEIRA, 1995, p.510).

É de suma importância destacarmos que a agricultura camponesa, responsável por mais da metade da produção agrícola brasileira, tem resistido bravamente ao longo da história, uma vez que as políticas governamentais estão exclusivamente aliadas aos interesses

das classes dominantes, cujo empenho está unicamente voltada ao agronegócio, agricultura capitalista baseada na monocultura e na utilização de mão de obra mecanizada, enquanto a agricultura camponesa é baseada no policultivo, ou seja, é fundamentada na mão-de-obra familiar, produzindo alimentos saudáveis para o auto-sustento.

Deste modo, ao contrário do que muitos estudiosos pensam, a agricultura camponesa proporciona um considerável desenvolvimento econômico ao país, pois de acordo com dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto a agricultura de grande escala gera pouco emprego, provocando deste modo o êxodo rural, as pequenas unidades de produção envolvem mais de 14,4 milhões de trabalhadores rurais, ou seja, 86,6% do total. Enquanto isso, os latifúndios são responsáveis por apenas 2,5% dos empregos, o que corresponde pouco mais de 420 mil postos de trabalho. É importante ressaltarmos ainda que apesar dos pequenos produtores serem responsáveis por 40% da riqueza produzida no meio rural e mais de 70% dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros, o crédito rural está fortemente concentrado nas mãos dos latifundiários.

Portanto, a existência deste atual sistema agrícola excludente, denominado agronegócio, visa expulsar os pequenos proprietários do campo, tendo por objetivo exterminar a agricultura camponesa, mas esta agricultura, tão criminalizada e criticada pela mídia e pelos capitalistas, é formada por uma grande diversidade cultural adquirida durante séculos e exerce um papel fundamental na preservação ambiental e no combate à fome, sendo uma das principais bandeiras em relação ao modelo agrícola do Brasil. Nesta perspectiva, o camponês no seu processo de resocialização, impulsiona sua capacidade de resistência e de recriação como parte contraditória do processo de produção do capital.

Considerações Finais

Esta pesquisa buscou evidenciar a luta e a resistência dos camponeses sem terra no Brasil, haja visto que a concentração fundiária no decorrer da história foi e continua sendo responsável pelas profundas desigualdades existentes no campo brasileiro.

Em efeito, os movimentos sociais lutam pela transformação da realidade agrária, que é mundialmente expropriada e explorada pelo sistema capitalista, alavancados por um desejo de igualdade e reorganização territorial no campo, buscando alterar as formas de organização do espaço e do trabalho. Contudo, na diversidade da luta pela terra no Brasil, nas últimas décadas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa lugar de destaque na longa marcha que os camponeses marcam na história deste país.

Nesta perspectiva podemos analisar que através de ocupações de terras, os movimentos sociais buscam mobilizar e sensibilizar os governantes para a necessidade de uma reforma agrária, e conseqüentemente diminuir as desigualdades estabelecidas no campo, determinada pela grande concentração fundiária, possibilitando assim uma melhor qualidade de vida das famílias camponesas. Neste contexto, o número de ocupações de terra pelos movimentos sociais, no período de 2005 a 2009 foi de 1.727 imóveis ocupados em todo o Brasil, o que compreende a democratização de 3.267.181 hectares de terras, envolvendo 200.786 famílias. Neste âmbito, este resultado comprova a reforma agrária que os trabalhadores rurais camponeses reivindicam, caracterizada pela justa redistribuição de renda e de direitos.

Todavia, a luta pela terra e reforma agrária é marcada pela resistência e conflitos entre camponeses, latifundiários e órgãos governamentais, uma vez que as elites brasileiras vêm na barbárie a única forma de manter seu patrimônio. Neste embate, podemos destacar que entre os anos de 2005 a 2009, ocorreram 5.148 conflitos contra a ocupação e posse no Brasil que refletem nas ações de trabalhadores sem terra que entram em imóveis ociosos e improdutivos reivindicando a posse e o direito do uso da terra de maneira correta, envolvendo 577.762 famílias.

Merecem destaques ainda, outros indicativos de barbárie no campo contra os camponeses que lutam por justiça social. Verificamos que no período de 2005 a 2009 ocorreram 7.430 conflitos que retrata a violência contra o trabalhador sem terra no Brasil, envolvendo 3.730.896 pessoas, sendo que destas 158 foram assassinadas.

No entanto, é de suma importância destacarmos que embora os camponeses tragam consigo uma história de lutas e conflitos, estes são impulsionados a dar continuidade ao estilo de vida que marcam sua trajetória, ou seja, uma experiência de trabalho voltada a organização familiar, onde os costumes, valores e tradições continuam enraizados e vivos, garantido deste modo a recriação e a permanência desta classe peculiar. Neste aspecto, destacamos que a agricultura camponesa, é responsável por mais da metade da produção agrícola brasileira, produzindo 52% de todo o volume da produção agrícola no Brasil.

Nesta perspectiva, sem dúvida o camponês no seu processo de resocialização, impulsiona sua capacidade de resistência e de recriação como parte contraditória do processo de produção do capital.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **O conceito de classe camponesa em questão**. In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n.21, p.73-88, Jul/dez.2003.

AVELINO JUNIOR, Francisco José. **A Questão da Terra em Mato Grosso do Sul: Posse/uso e conflitos**. (Doutorado em Geografia) Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CPT-Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 15 de abr. de 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**, 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de abr. de 2010.

INCRA-Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 15 de abr. de 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 15 de abr. de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira: Transformações Recentes**. In: Jurandyr Luciano Sanches Ross (org.), Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995, p. 467-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156, Jul/dez 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

RAMOS, Soraia. **Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil**. IN: SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Leura. *O Brasil Território e sociedade no início do século XXI*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 375 – 387.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **As raízes da luta pela terra**. *Discutindo Geografia*, São Paulo, v. 6, p. 46 - 52, 26 ago. 2005.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra a exclusão social**. 4ª. ed. São Paulo: Atual Editora, 1996.